

# ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PRÁTICA INCLUSIVA PARA ALUNAS E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB.

Heloísa Tamiris Oliveira Tezolin<sup>1</sup> – UEPB

Simone Joaquim Cavalcante<sup>2</sup> – UFCG

## Introdução:

Este estudo tem como objetivo central analisar e refletir sobre as práticas pedagógicas dos(as) professores(as) de História referentes às pessoas com deficiência, especificamente, os(as) deficientes auditivos<sup>3</sup>; mostrar a função da intérprete, buscando constatar se existe de fato nesse ambiente escolar uma inclusão efetiva (ou não) e como os conteúdos de Histórias são apreendidos por este grupo.

Sabemos o quanto o campo de pesquisas historiográficas é amplo, mas a falta de estudos referentes à temática do Ensino de História para os(as) deficientes auditivos(as) em pesquisas acadêmicas, nos deixam mais uma lacuna no ensino da disciplina (COSTA, 2009). Nesta direção lançamos mão desse estudo, análise e pesquisa sobre a inclusão a partir da perspectiva dos(as) professores(as) sobre a aquisição de conhecimento histórico pelos(as) deficientes auditivos(as), aliada a manutenção de um sistema de ensino que venha modificar o crescimento educacional, social e cultural dos sujeitos. O estudo foi realizado no Centro Educacional Edivardo Toscano (localizado na cidade de Guarabira/PB<sup>4</sup>), mostrando a relação de ensino-aprendizagem existente entre as(os) deficientes auditivas(os), os(as) docentes e as intérpretes (que atuam no atendimento educacional especializado para o público da educação especial).

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Atualmente exerce função de intérprete na Escola E.E.F. Dep. Gustavo Amorim da Costa na cidade de Guarabira/PB.

<sup>2</sup> Graduada em História (FFPG/PE) e Mestre em História (UFPB). Estudante do Curso de Especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (Campus Cajazeiras/PB).

<sup>3</sup> O termo deficiente auditivo ou surdo está sendo usado de forma geral, para os que têm pouca, média ou perda total da audição.

<sup>4</sup> Localizada na zona de transição entre o Agreste e o Brejo paraibano.

Essa política de incluir pessoas com capacidades diferenciadas nas escolas ganhou força no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, Artigo 208 que diz: “É dever do Estado manter um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. O que deixa claro, a nosso ver, que as instituições escolares vigentes, sejam públicas ou privadas, precisam estar preparadas para receber alunos(as) com necessidades educacionais especiais, ofertando em seu estabelecimento um atendimento educacional próprio. Aliado a isto, temos a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9394/96, Artigo 58 afirmando que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” Ou seja, a defesa clara da necessidade de inserção ao cotidiano da escola comum, dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais, quebrando com o paradigma e estigma de segregação em espaço e lugar específico.

Entretanto, nossa preocupação esteve pautada na perspectiva de ação dos profissionais da educação especificamente da disciplina de história e da fragilidade na formação destes(as) no tocante a educação especial, mediante este estudo que vem apresentar como está sendo desenvolvido o processo de inclusão e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem deste grupo frente aos conteúdos da disciplina História, uma vez que a referida escola trabalha com a perspectiva de educação inclusiva, assim analisamos a forma como foram ministradas as aulas da disciplina História e como as(os) alunas(os) com deficiência auditiva tem compreendido os conteúdos desta disciplina.

As pessoas com deficiência auditiva, assim como outros grupos, tais como: deficiências visuais, mentais e físicas, foram historicamente excluídas do acesso à educação formal, ou seja, da Escola. Com base nas reflexões através das observações em sala de aula, das análises dos questionários aplicados com as intérpretes e com as(os) deficientes auditivos(os), refletimos que no cotidiano da sala de aula a ideia da inclusão ainda não ocorreu efetivamente, pois as pessoas com necessidades educacionais especiais ainda encontram-se segregadas, de modo que mesmo hoje, tendo acesso à escola formal com a prerrogativa da inclusão, isto não acontece como pretendido, pois há muitas barreiras a transpor nesta área de ensino (Educação Especial).

Durante o período investigado (ano de 2012 e 2013) as aulas de História foram realizadas de maneira expositiva pelos(as) professores(as) da área. Tanto os(as) alunos(as) surdos(as) como os demais têm pouco domínio da Língua Portuguesa e os livros didáticos de História, por exemplo, não possuem nenhum conteúdo ou abordagem na Língua de Sinais, a função da intérprete<sup>5</sup> é selecionar os fatos mais importantes a serem sinalizados, até porque diante da investigação ficou evidente que a visão histórica dos(as) alunos(as) auditivos(as) é restrita a sua localidade (História Local e do tempo presente), os conteúdos de História do Brasil e História Geral não são bem assimilados pelo grupo, embora, trabalhados em sala de aula.

Para os(as) deficientes auditivos(as) da escola, a ideia de passado é complexa, eles(as) não conseguem fazer esse deslocamento temporal. Trabalhar com o *passado* requer uma formação mais qualificada por parte dos(as) professores(as) e das intérpretes, bem como do uso de recursos didáticos que auxiliem nessa aprendizagem. Quando trabalhamos com deficientes auditivos é louvável que se problematize o *passado* de maneira mais sintética, pois as interpretações muito extensas dos fatos históricos tornam-se enfadonhas, por isso, é importante que a(o) intérprete reflita sobre o *passado* a partir de uma discussão do presente. Vale salientar que a discussão sobre o *tempo presente* como elemento de estudo da História, por muitos anos não foi bem aceito no interior das Universidades. Conforme Hobsbawm (HOBBSAWM apud FERREIRA, 2000, p. 120), “o tempo presente é o período durante o qual se reproduz eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado”. Esse tempo leva-nos a investigar o que aconteceu no *tempo passado* e, que tem reflexos na contemporaneidade, mas é importante ressaltar ainda que para alguns grupos como é o caso dos deficientes auditivos é esse tempo (o *presente*) que importa.

---

<sup>5</sup> Na referida escola as profissionais da Língua de Sinais (no período investigado) são todas mulheres.

## **As práticas pedagógicas na sala de aula: educação inclusiva e ensino de História**

Durante a análise verificamos que há uma falta de preparo para atender essa clientela, os(as) professores(as) de História dependem efetivamente da intérprete para se comunicar, ensinar e avaliar esses(as) estudantes.

A partir das observações, da análise dos questionários aplicados, bem como da minha experiência como intérprete<sup>6</sup>, verificamos que dentro da sala de aula que recebem os(as) surdos(as) é necessária uma atenção maior por parte dos professores(as), pois devido a perda da audição, os(as) estudantes podem sentir-se limitados na acumulação do conhecimento (capital cultural), assim acreditamos que a utilização de imagens, desenhos, cartazes e outros recursos didáticos contribuiriam bastante no processo ensino-aprendizagem, principalmente, no que diz respeito à comunicabilidade e assimilação do conteúdo.

Ao serem interpeladas sobre o papel das intérpretes na sala de aula, algumas professoras argumentaram que é função do intérprete selecionar os recursos metodológicos que auxiliem na aprendizagem dos(as) auditivos. Salientamos que dentro de um ambiente escolar o(a) intérprete carece está inserido(a) nessa perspectiva, mas não deve ser sua a responsabilidade plena sobre a aprendizagem do(a) aluno(a), a mesma necessita está em sintonia com o(a) professor(a) regente para juntos buscarem os recursos mais adequados na formação dos (as) discentes.

### **Algumas considerações:**

Observamos que a relação professor(a) e intérprete está arquitetando-se sem uma melhor definição dos papéis que cada um(a) deveria desempenhar levando em alguns casos a situações embaraçosas dentro do universo da sala de aula, bem como da escola. Porém, em se tratando dos alunos(as) surdos(as) a presença do(a) intérprete em sala de aula pode provocar em algumas circunstâncias o distanciamento dos mesmo(as) com o(a) professor(a), pois para o (a) auditivo o(a) ILS (Intérprete de Língua de Sinais), é a pessoa com a qual se comunica diretamente e deposita sua total confiança. Talvez seja por isso que os pais de alunos(as) surdos procuram em um primeiro momento os(as) intérpretes para se

---

<sup>6</sup> Heloísa Tamiris Oliveira Tezolin.

informarem sobre o desempenho escolar dos(as) seus filhos(as), por isso, é importante que o(a) professor(a) regente tenha conhecimento da Língua de Sinais, busque aperfeiçoamentos na área de educação inclusiva, o que promoverá um melhor entrosamento, bem como, desempenho no processo educacional, que obviamente ultrapassa o conhecimento dos conteúdos.

Para obter uma escola efetivamente inclusiva, as mudanças não podem somente acontecer dentro das salas de aula, precisam ser transpassadas para outros ambientes, e isto vai exigir uma nova elaboração no currículo escolar, no planejamento mais adequado, a estrutura da instituição escolar deve está adaptada às necessidades dos grupos “diferenciados”, portanto uma escola com perspectiva inclusiva exige um comprometimento por parte de todos os membros dentro e forra dos “muros” da escola.

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *LDB-Lei<sup>o</sup>9394/96,de20de dezembro de1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

COSTA. V. Alves da. Ensino de história e educação inclusiva:suas dimensões formativas. In: Ana Maria Monteiro; Arlette Medeiros Gasparello; Marcelo de Souza Magalhães. (Orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. 2<sup>o</sup>ed.Rio de Janeiro:Mauad x Faperj,2009.v. 2, p.253-262.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente:desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis. v.94,n<sup>o</sup>3,p.111-124,maio/junho,2000.